

Processo n.º Projeto-de-Lei nº 006/01

	FOC81C
Espécie do Expediente: "Dispõe sobre a vei	culação de Programas de infor
mação e Prevenção de AIDS/HIV."	culação de Programas de infor gebdf AB9437BED559DD73801F0C81C
Proponente: Ver. João Ulisses Bica Machado	Autenticidade
Data de Entrada 12 / março / 12 2001	Bov.br/portal/autenticid
Prote	ocolado sob nº 2049/01 f1. hga ocolado sob nº 2049/01
Andame	
Em 50. de 27.03.01 baixou as Comissões de Ju Cultura e Meio Ambiente. Doce.	Appe EM htt
Rehrado pelo proponente em 5.0. de 10.04.0	106/2001 - AUTORIA: Ver. Bigurantia Autenticidade EM
	006/2001 - / FIQUE A AI





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente e Senhores Vereadores:

Analisando a evolução da incidência do número de casos de AIDS no Rio Grande do Sul, através de pesquisa nos boletins epidemiológicos do Programa Estadual de Controle de DSTs/AIDS, verifica-se que a desinformação é a principal causa de infecção. Os dados são estarrecedores, neste sentido é urgente que as autoridades apresentem alternativas.

Todos sabemos aquele adágio popular \\ é melhor prevenir do que remediar \\. No caso da AIDS a prevenção acaba sendo o único remédio, eis que ainda não foi descoberta uma cura para a doença.

Outra constatação é que as medidas preventivas são mais eficientes que as curativas. Quando o caráter preventivo é predominante nas políticas, gasta-se menos com maior eficácia.

Este projeto, dispõe sobre a veiculação de programas de informação e prevenção à AIDS em nossa cidade. Somente com informações claras e sem preconceitos, orientada fundamantalmente aos jovens, é que poderemos evitar a discriminação da AIDS e o sofrimento humano.

Baseado nestas argumentações, solicito a provação do

mesmo.

Atenciosamente,

Vereador/J.U. Bica Machado Filho - PDT



RECEBIDO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE LEI Nº 006/01

Dispõe sobre a veiculação de Programas de informação e Prevenção da AIDS/ HIV.

MANOEL STRINGHINI, Prefeito Municipal de Guaíba,

Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica estabelecido a obrigatoriedade da veiculação de programas específicos de informação e prevenção à AIDS (Sindrome de Imunideficiência adquirida), no município de Guaíba.

Art. 2º - A veiculação dos programas a que se refere o artigo 1º, deverá ocorrer pelo menos uma vez ao ano.

Art. 3º - Para que sejam atingidos os objetivos propostos na presente Lei, os conteúdos dos programas referidos no artigo 1º deverão abordar, fundamentalmente, os seguintes aspectos:

I - Descrição do HIV e AIDS;

II - Formas de transmissão do HIV;

III - Medidas preventivas à AIDS;

IV - Aspectos históricos socioculturais da AIDS;

 V - Legislação e recursos assitenciais, governamentais ou não governamentais no combate à AIDS.

Art. 4º - O poder Executivo Municipal, indicará e nomeará no prazo máximo de trinta (30) dias a contar da data da publicação desta Lei, uma comissão especial de trabalho multidisciplinar, com atribuição de elaborar e aplicar os programas referidos nesta Lei.





PLL 006/2001 - AUTORIA: Ver. Bica Machado Filho



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 5º - Os programas referidos no artigo 1º deverão atingir inicialmente a rede escolar do município e o quadro de funcionários municipais.

Parágrafo Único - A Comissão prevista no artigo 4º apresentará programa às Escolas Estaduais, Municipais, Particulares e a outras entidades interessadas, visando a adoção do mesmo por estas instituições.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍBA, em

Manoel Stringhini Prefeito Municipal







PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL A FORCA DE GUAÍBA É O SEU POVO ADMINISTRAÇÃO 1997/2000

LEI nº 1386/97

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE TRABALHO NO MUNICÍPIO, QUE COORDENA E FISCALIZA A APLICAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE A AIDS.

NELSON CORNETET, Prefeito Municipal de Guaiba.

FACO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

- Art. 1º Fica criada a Comissão Especial de Trabalho que tem como função a elaboração de Programas específicos para informação e prevenção contra a AIDS.
 - Art. 2º Poderão fazer parte da Comissão referida no artigo 1º, as seguintes entidades:
- a) Secretaria Municipal de Educação;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Sindicato dos Professores do Município;
- d) Centro dos Professores do Estado/Guaiba;
- e) Instituição de ensino particular em Guaiba;
- f) Conselho Municipal de Saúde;
- g) Instituições civis que trabalhem no prevenção da AIDS.

Parágrafo único. Fica a cargo das entidades a nomeação de um representante e um suplente para fazer parte da Comissão.

- Art. 3º Além dos pontos referidos no artigo 3º da Lei nº 9.524, os programas deverão abordar a realidade da AIDS no Município de Guaíba.
- Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação, deverá convocar as entidades para reunião de elaboração dos programas, no período de 30 (trinta) dias após a aprovação desta Lei.
- Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, em 27 de novembro de 1997

RECEBIDO

01/15/11 11:12 HORAS

SECRETARIA

CORNETET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

BERTO POLANCZIK

Secretário Municipal da Administração e Recursos Humanos





Comissão de Justiça e Redação

Parecer N.°
PROCESSO N.°006/01
REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina Por Solicita Parecon Furifico Por Solicita existiz uma La Sobre o

ASSUNTO

Sala das Comissões, em 28/03/2001.

Presidente

Relator







CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prevê o presente projeto, no seu art. 1 obrigatoriedade da veiculação de programas específicos de informação de prevenção à AIDS.

A Lei Orgânica Municipal, na seção trata da despesa pública, mais especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 120, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa especificamente em seu art. 119, inciso III, ser da exclusiva competência do Prefeito Mun

ser da exclusiva competência do Prefeito Municipal, a iniciativa projetos de lei que de qualquer forma autorizem, criem ou aumentera despesa pública.

A Constituição Federal(art. 63,inciso) Constituição Estadual(art. 61, inciso I), também vedam o aumento da despess

prevista.

Assim, considerando que a veicugação obrigatória de programas contra a AIDS, tal como refere o art. 1º, irá aun a despesa prevista, o projeto é inconstitucional, por vício de origem.

É o nosso parecer,

É o nosso parecer,

S.m.j.

Em. 03 de abril de 2001

Em, 03 de abril de 2001.

Luiz Carlos Varella Prati Procurador Geral





Comissão de Cultura, Educação e Assistência Social

Parecer N.º PROCESSO N.º 006/01 REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina

contrario por ser un profeto incomtitucional.

Sala das Comissões, em 05 Abr 2001

Via PRIENCIO VOGANO

Rossigo GOARGS





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Guaíba, 05 de Abril de 2001

Oficio/003/01-PDT

Sr. Presidente

Venho através deste, solicitar a retirada do Projeto de Lei nº 006/01, para uma melhor análise do mesmo, visto paraceres das Comissões e Jurídico.

Sem mais,

Atenciosamente

J.U. Bica Machado Filho

Proponente

Ilmo. Sr.
Dr. Henrique Tavares
MD Presidente da Câmara de
Vereadores de Guaíba- RS





PLL 006/2001 - AUTORIA: Ver. Bica Machado Filho